

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.437.504 - PR (2014/0038499-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **EDSON LEONAL DE CAMPOS**  
**RECORRENTE** : **EDSON LEONEL DE CAMPOS - FIRMA INDIVIDUAL**  
**ADVOGADO** : **GEISON ELIAS FERDINANDI E OUTRO(S) - PR033436**  
**RECORRIDO** : **BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADO** : **MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS - PR016440**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por EDSON LEONAL DE CAMPOS e OUTRA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL - MONITÓRIA E EMBARGOS À MONITÓRIA - SENTENÇA PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO DO RÉU - JUROS CALCULADOS À TAXA MÉDIA DO MERCADO - DECISÃO ACERTADA - TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS SEM AUTORIZAÇÃO DO RÉU - DESNECESSIDADE - TRANSAÇÕES FEITAS DIRETAMENTE PELO CORRENTISTA MEDIANTE SENHA - RESTITUIÇÃO DO IOF - SOMENTE SOBRE OS VALORES COBRADOS INDEVIDAMENTE - ILEGITIMIDADE DE PARTE - NOTA PROMISSÓRIA GARANTINDO CÉDULA BANCÁRIA - DEVEDOR SOLIDÁRIO - ILEGITIMIDADE PASSIVA INEXISTENTE - HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS - FIXAÇÃO COM BASE NO § 3º DO ART. 20 DO CPC - SENTENÇA DE CUNHO CONDENATÓRIO - REDUÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*1. A cobrança de juros de forma variável não é permitida, sendo que a fixação dos juros, porém, não deve ficar adstrita ao limite de 12% ao ano, mas deve ser feita segundo a média de mercado nas operações da espécie.*

*2. Atuando a pessoa física como avalista do contrato cobrado, é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda.*

*3. Tendo sido reconhecida a cobrança de encargos abusivos, e havendo pedido de restituição ou compensação dos valores cobrados em excesso, o IOF deve ser devolvido sobre esse valor excedente.*

*4. O contrato bancário, garantido por nota promissória, devidamente assinado pelo avalista, garante a legitimidade deste para figurar no polo passivo da demanda.*

*5. No presente caso a verba honorária deve ser arbitrada observando os ditames estabelecidos pelo artigo 20, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, tendo em vista tratar-se de sentença de cunho condenatório."*

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 585 do CPC/73 e 897 do Código Civil, sustentando, em síntese, (a) que o instituto do aval é nulo, quando prestado em instrumento distinto dos títulos de crédito, motivo pelo qual ele é ilegítimo para figurar no polo passivo da demanda e (b) o contrato de abertura de crédito em conta corrente não constitui título executivo.

Contrarrazões apresentadas às fls. 617/628.

É o relatório.

A alegação de que o contrato de abertura de crédito em conta corrente não constituiria título executivo não foi debatida na origem, razão pela qual o apelo encontra óbice nas Súmulas 282 e 356/STF, ante a ausência de prequestionamento.

O Tribunal de origem rejeitou a tese de nulidade do aval prestado pelo recorrente pessoa física, por entender que essa garantia pode sim ser prestada em contrato. Veja-se do acórdão recorrido:

*"Preliminarmente, cumpre destacar que, ao contrário do que alega o apelante, o título que o apelado busca o pagamento é extrajudicial, consoante entende o art. 585, II, 2a parte, do CPC. Desta forma, a existência de aval no contrato de fls. 09/12 é permitida.*

*Desta forma, o avalista é sim parte legítima passiva para figurar na lide, tendo esta alegação sido corretamente afastada pelo Juiz a quo:*

*"O avalista que se obrigou no contrato também como devedor solidário tem legitimidade para figurar no polo passivo da ação que visa o cumprimento das obrigações contratuais"(fl. 450).*

*Verifica-se, portanto, que o apelante Edson Leonel de Campos firmou o contrato bancário (fls. 09/12) na qualidade de avalista obrigando-se expressamente, consoante se observa da cláusula 5 do contrato cobrado (fls. 10).*

*Portanto, verifica-se, a legitimidade do avalista para figurar no polo passivo da ação."*

Embora o aval seja, na verdade, instituto típico dos títulos de crédito, o fato é que o recorrente assinou cláusula de garantia pessoal no contrato de mútuo objeto da presente execução, motivo pelo qual a mera irregularidade formal da garantia, na espécie, não tem o condão de eximir a responsabilidade patrimonial do terceiro garantidor. Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO MONITÓRIA - CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE - SÚMULA 247/STJ - AVAL - VALIDADE DA GARANTIA PRESTADA - PRECEDENTES DA CORTE - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO.*

*1.- "O contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória" (Súmula 247/STJ).*

*2.- "O simples argumento de não se admitir aval nos contratos não exclui a responsabilidade solidária daqueles que de forma autônoma e voluntária se obrigaram a pagar a dívida integralmente" (AgRg no Ag 197.214/SP, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 22.2.1999), pois "a palavra "avalista", constante do instrumento contratual, deve ser entendida, em consonância com o art. 85 do Código Civil, como coobrigado, co-devedor ou garante solidário" (REsp 114.436/RS, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, DJ 9.10.2000).*

*3.- O Agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar a conclusão alvitada, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.*

*4.- Agravo Regimental improvido.*

*(AgRg no AREsp 228.068/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 06/11/2012)"*

Ademais, conforme destacado na sentença, o recorrente pessoa física "se obrigou no contrato também como devedor solidário" (fl. 498), circunstância que tornaria até desnecessário o debate sobre os efeitos jurídicos do aval, pois o executado ostentaria, nesse contexto, a condição de devedor principal, e não de mero garantidor.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator